

# Indignados em Lisboa: Espaços e Escalas

Daniel Paiva  
Centro de Estudos Geográficos  
daniel-paiva@live.com.pt

Desde o início do Século XX, a investigação científica tem posto em evidência o surgimento de novas lógicas de formação de movimentos sociais no que respeita à sua qualidade geográfica. Num primeiro momento, estes movimentos surgiam associados à globalização. Eram vistos como um florescimento quase natural de uma sociedade civil global em paralelo com a criação e fomento de instituições internacionais. À medida que o conceito de globalização foi criticado tanto nos seus aspectos teóricos como práticos, também o conceito de movimento social global se tornou problemático. Outras abordagens permitiram uma visão mais detalhada sobre o assunto, fosse a percepção dos movimentos enquanto redes transnacionais (como Smith, 2008) ou aplicando lógicas global-local (como Köhler & Wissen, 2003). É a partir destas abordagens que se constrói aqui a análise.

Esta análise tomará como caso de estudo o movimento Indignados e o seu núcleo em Lisboa. O movimento *Indignados* está radicado em particular em vários pontos da Península Ibérica embora se estenda para além dele. O uso do termo da indignação virá até possivelmente de um livro francês: *Indignez-Vous* de Hessel (2010). Para além disso, o movimento *Indignados* insere-se num movimento maior de protesto contra políticas de austeridade em resposta à crise financeira que inclui também o movimento *Occupy*. O carácter internacional da crise financeira e, mais importante ainda, as respostas conjuntas à crise pelos diferentes governos Ocidentais fomentaram a coordenação cosmopolita dos protestos contra as medidas. Isto propiciou o aprofundar das dinâmicas locais nos movimentos sociais e providenciou casos de estudo importantes para compreender aquilo que tem sido referido como a outra globalização ou a globalização vinda de baixo (della Porta et al., 2006).

Este texto tem dois objectivos distintos embora interligados. O primeiro é compreender como um núcleo local específico de um movimento social com carácter transnacional lida com as diferentes escalas das redes em que se insere. O segundo objectivo é aprofundar a relação desse núcleo local específico com o espaço urbano onde o movimento e os seus esforços se materializam. Neste ponto, analisar-se-á os aspectos inovadores que os Indignados inserem no protesto com a realização de assembleias populares e debater-se-á a relação destas com o espaço público e como isso converge para a criação de espaços de democracia ao se usar a apropriação do espaço como uma prática de resistência aos processos políticos da democracia representativa.

Começar-se-á com uma revisão sobre as principais perspectivas a ter em conta sobre os movimentos sociais hoje, com um foco particular nas suas características geográficas, para sintetizar os aspectos característicos a salientar. De seguida, apresentar-se-á o estudo de

caso, fazendo referência ao contexto em que o movimento em causa, os Indignados Lisboa (IL), surgiu. Numa primeira fase de apresentação e discussão de resultados, debater-se-á as principais tensões entre escalas na existência dos IL. Numa segunda fase, partir-se-á então para a discussão sobre a relação dos IL com o espaço público, focando a escala local.

Assim, este texto irá mostrar de um modo prático como diferentes escalas confluem na existência dos movimentos sociais hoje e como um núcleo local interage a diferentes níveis. Ir-se-á também mostrar como a acção os IL, a nível local, se desenvolve a partir de uso do espaço público.

### **Movimentos sociais locais: velhas tensões, novas redes.**

Ao analisar a literatura sobre movimentos sociais, Edelman (2001) encontrou duas grandes perspectivas clássicas: a teoria dos Novos Movimentos Sociais e a Teoria da Mobilização de Recursos. A primeira, argumenta Edelman, é herdeira do trabalho de Touraine. O sociólogo, no seu livro *Retour de L'acteur* (1984) e mais tarde em *Critique de la Modernité* (1992), identifica um conflito central na sociedade – o antagonismo entre trabalho e capital – sobre o qual baseia a sua análise sobre novos modos de lutas sociais. Apesar dessa mundividência Marxista, Touraine observa que na sociedade pós-industrial existem outros tipos de estratificação e polarização social que cria novos conflitos que se começavam a tornar bem visíveis. Alguns exemplos recorrentes são as tensões imigrante vs sociedade de acolhimento ou os direitos LGBT vs heteronormatividade. A tensão entre estes pólos torna-se menos evidente no campo do trabalho. Ao invés, o foco torna-se o estilo de vida, que contém normas de conduta que expressam uma determinada ética. Touraine acreditava que, neste cenário, as novas colectividades que emergiam destes estilos de vida tinham uma capacidade de acção maior e que era possível organizarem-se para buscar a sua própria historicidade, i.e., procurar meios para se tornarem visíveis na sociedade e expressar o seu *ethos*. Isto leva não só a novos movimentos, mas também a novos modos de lutar. Sintetizando a teoria dos Novos Movimentos Sociais, que terá talvez em Alberto Melucci<sup>1</sup> o seu principal propulsor, esta defende que estes novos movimentos emergem da fragmentação das identidades e que a sua luta se torna cada vez mais baseada na busca de direitos, divulgação de informação, expressão cultural e acção simbólica. O valor de explicação desta corrente permanece em larga medida actual dado que ainda se verificam, amiúde e localizados, o mesmo tipo de fenómenos que os seus teóricos analisaram. No entanto, no contexto sócio-económico despoletado pela crise financeira de 2008, aparentemente já não estamos no paradigma do primado do estilo de vida e da fragmentação pós-industrial. O que nos surge novamente ao

---

<sup>1</sup> *Nomads of the Present* (1989) será talvez a sua obra mais importante neste campo. Aí, ele identifica os três campos em que considera fundamental analisar os novos movimentos sociais: identidade colectiva; relações entre actores e investimentos emocionais.

olhar é de novo o conflito central da sociedade: o antagonismo entre o capital e o trabalho. O grande foco de tensão dos 99% vs 1% que alimentou o movimento Occupy (Lubin, 2012) é um exemplo dessa realidade. Harvey (2012) traz-nos novamente uma leitura Marxista do protesto público e da acção colectiva que não parece de todo desadequada. A perspectiva histórica que Harvey apresenta ao partir de 1789 até aos protestos que ocorreram nos últimos dois anos e os paralelismos que encontra, mais notavelmente aquele entre o contágio revolucionário de Paris para outras cidades europeias em 1848 e o contágio de protestos públicos em 2011, fazem-nos crer que voltámos de facto à mesma tensão. Mas ver os movimentos actuais do mero ponto de vista da luta de classes é limitado dada a sua complexidade. As características inovadoras que os teóricos dos novos movimentos sociais encontravam não se perderam. Em particular, deve destacar-se como a informação e a acção simbólica são aspectos fundamentais. Concretizar-se-á este assunto mais tarde. Por agora é necessário destacar estes dois pontos: o ressurgir da relevância da tensão entre trabalho e capital e a importância do simbólico nos movimentos sociais.

A segunda perspectiva que Edelman aborda, a Teoria da Mobilização de Recursos, vê a acção colectiva como resultado de grupos socialmente conectados que não são necessariamente os mais desfavorecidos. Estes grupos são liderados por aqueles com a capacidade de mobilizar recursos e transformar a opinião pública e a insatisfação numa estrutura formal organizada. Esta corrente enfatiza a organização e os defensores desta posição argumentam que, sem recursos suficientes estes movimentos não seriam possíveis. Enquanto esta corrente é insuficiente por não considerar as estruturas económicas e sociais que geram as condições em que estes grupos vêm a necessidade de promover a mudança, é de ter em conta que o sucesso destes movimentos deve bastante à sua capacidade de organização e mobilização de recursos. No quadro da nossa análise, é de ter em conta como o uso de tecnologias de comunicação, em particular as redes sociais e a internet, é uma estratégia central para aumentar a capacidade de mobilização de recursos. Castells defendia em 1983 que os movimentos sociais urbanos emergiam porque “aparenta que as pessoas não têm escolha”, dado que não têm a capacidade de chegar até aos *mass media* ou de organizar-se internacionalmente contra as multinacionais e instituições supra-governamentais. Hoje, podemos considerar que as novas tecnologias de comunicação empoderaram as iniciativas de raízes, dando-lhes a capacidade de coordenação internacional. Ainda assim, a ideia de Castells (1983) de que estes movimentos funcionam como “utopias reactivas”, dado que não têm a capacidade para produzir mudança histórica, permanece verdadeira na sua grande maioria. Noutras palavras, devido ao facto de estarem fora da *polity*, a estrutura política formal com um conjunto pré-definidos de intervenientes, eles têm mais liberdade em termos de pensamento alternativo, mas um impacto político menor. Ainda assim, o aumento da capacidade de mobilização de recursos destes movimentos, não só em termos de números de intervenientes mas também ao nível da diminuição do tempo necessário em reunir todos os recursos, é de destacar. Recentemente, esse tem sido um aspecto bastante explorado pela literatura científica. Borge-Holthoefer et al. (2011) analisaram as dinâmicas encontradas nas redes

sociais no caso do Movimento 15M e concluíram que estas potenciaram a criação de redes de contacto que, ainda que auto-organizadas, tendiam para uma organização hierárquica com líderes e opinião e actantes menores. Esta conclusão é interessante para a compreensão de como as tecnologias de informação permitiram o aceleração e o aumento de escala da organização.

A questão do impacto das tecnologias de comunicação na organização dos movimentos sociais tem sido estudada principalmente no contexto da internacionalização destes movimentos (Pereira, 2008; Feixa et al., 2009). Esta internacionalização é uma consequência da mudança para um enquadramento (*framing*) dos movimentos sociais nas questões globais. Aqui, o conceito de enquadramento, desenvolvido por Snow (2004), refere-se ao trabalho de construção de significado dos activistas e dos seus adversários. Segundo o autor, essa construção de significado constituirá a lenta através da qual os eventos, pessoas e situações serão interpretados. Através destas lentes, as narrativas construídas darão sentido a uma situação e transformar-se-ão num guia para a acção (Snow, 2004). Estas narrativas destacam aspectos específicos e dão-lhe um significado simbólico, enquanto ignoram propositadamente outros aspectos. Neste contexto, o que se observa é que certos movimentos sociais têm enquadrado as suas narrativas a uma escala global numa miríade de assuntos, destacando-se as questões ambientais e o sistema financeiro e económica internacional.

Quadro 1

Generation	Multilateralist	Transitional Advocats Networks	Direct Action
<b>Geographic Scope</b>	Mostly Northern	Mostly Northern Growing participation from the South	Rapidly growing Southern participation
<b>Organizational Structure</b>	Small networks Strong role for individual leaders Transnational organizations central	NGO-centered issue networks Transnational organizations central but more national groups	More informal and polycentric Multi-issue/Multi-sectors More national and sub-national organizations in addition to transnational
<b>Scale of action</b>	Mostly in global forms – limited mass mobilizing efforts	Mostly in global forums or focused on U.N. conferences or summits	More autonomous from inter-governmental agenda Connecting local problems/actions to global conditions – domestication of issues
<b>Major Strategies</b>	Elite Lobbying Formal lobbying	Strategic Campaigns: limited political goals turned on and off by lead organizations Maintained organizational identities	Permanent campaigns Diverse political goals Decentralized control and leadership Organizational and tactical innovation foster movements identities
<b>Capacity</b>	Low mobilization	Problem and campaign-focused networking Some popular mobilization	Mass protest Value change Technological adaptations/Innovations

Smith (2008) apresenta-nos a evolução das redes activistas internacionais, o que nos elucidada como hoje se pode falar de movimentos sociais globais (Quadro 1). A autora define três fases de desenvolvimento do activismo político: a do multilateralismo, das redes transicionais

de activistas e a da acção directa. Se na primeira fase as estruturas eram baseadas em pequenas redes com fraca mobilização popular mas grande peso dos activistas líderes, já na fase das redes transicionais se verifica uma maior participação, tanto a nível de número de envolvidos como a nível do alcance geográfico destas redes. Neste período os esforços começam a cristalizar-se em organizações não-governamentais (ONG) formais com capacidade para criar campanhas específicas com objectivos determinados. Há uma tendência para a formalização e a estruturação de uma suposta sociedade civil global, que é aparentemente quebrada a meados dos anos 90 do século anterior. Apesar das ONG's desse período permanecerem e outras semelhantes terem surgido, a acção colectiva global tem adquirido novos contornos. Destes destacam-se aspectos que já se referiram, como a organização descentralizada e informal, o uso das tecnologias de comunicação, o valor da acção simbólica e a tensão intrínseca entre capital e trabalho no enquadramento. Para além disso, Smith (2008) destaca o aumento do alcance geográfico das redes, o uso do protesto em massa, e a interligação entre problemas domésticos e globais.

Köhler e Wissen (2003) foram pioneiros na aplicação do conceito de glocal aos movimentos sociais. A perspectiva destes autores permite uma compreensão deste fenómeno complexo mais detalhada do que aquela dos movimentos sociais como expressão homogénea de uma suposta sociedade civil global. De acordo com Swyngedouw (2004), devemos ter os processos de *glocalização* em conta, mais do que os de globalização, conceito difuso. O conceito de globalização enquanto um processo meramente *top-down* em que forças internacionais associadas ao capitalismo ou ao Ocidente exercem pressão ou acção directa sobre os lugares, homogeneizando-os e tornando-os meros nós numa rede mundial, é limitador. O conceito de *glocalização* permite-nos perceber como aquilo que é referido como global é na verdade produzido localmente e projectado a um nível internacional para ser aplicado noutros lugares. Essa aplicação não é, no entanto, linear e absoluta. As respostas do local ao que vem do exterior são variadas e as influências passam por filtros de vários campos: económico, político, cultural, etc. A leitura de Massey (1994) sobre o sentido de lugar contemporâneo é um complemento importante ao conceito de *glocalização*. Massey lembra-nos que os lugares não têm fronteiras naturais e definidas, existindo em continuidade com outros lugares. Assim, o local é aberto e recebe os mais variados fluxos vindos do exterior. Para Massey, no entanto, o lugar não se torna de todo vergado a aquilo que vem do global e que a globalização não consegue produzir simples homogeneização. O lugar, nunca tendo sido estático e tendo construído a sua identidade a partir da mudança, enquadra em si de acordo com as suas características o que vem do exterior. Segundo Krossa (2009), o conceito de *glocalização* ajuda-nos também pensar para além das típicas narrativas de homogeneidade, presente em conceitos como Estado-nação, e heterogeneidade, como o conceito de cosmopolitismo. A autora defende que é necessário que a teoria social seja capaz de considerar a existência simultânea de homogeneidade e de heterogeneidade em diferentes escalas, de modo a que seja possível expor a complexidade do social de um modo mais detalhado. Estas leituras são úteis quando aplicadas ao caso dos movimentos sociais.

Também estes são associados a processos difusos de uma influência quase esotérica global que incide sobre os lugares. O conceito como apresentado por Swyngedouw dá-nos uma perspectiva que nos permite olhar com mais detalhe sobre como se compõem as dinâmicas dos movimentos sociais nas suas diferentes escalas. Para além disso, permite-nos perceber, como Köhler e Wissen (2003) o defendiam, que estes movimentos, apesar de serem associados a uma homogeneidade mundial, têm na verdade várias variações locais, evitando assim cair numa mera tipificação deste fenómeno enquanto homogéneo ou heterogéneo. O estudo de Gorringe e Rosie (2008) oferece-nos um exemplo prático que exhibe bem estes aspectos teóricos. Os autores, numa investigação conduzida na Escócia durante um encontro do G8 sobre relações entre polícias e protestantes durante manifestações, verificaram que esse caso específico não exibia nenhuma das características identificadas em situações idênticas anteriores, sendo a variável explicativa desse factor a existência de relações entre polícia e população específicas do local.

Em conclusão, alguns características dos *movimentos sociais locais* podem ser resumidas:

- Verifica-se um retorno a questões societárias mais abrangentes, em particular o conflito entre trabalhadores e capital, em detrimento de questões mais fragmentárias como direitos de minoria.
- A expressão cultural e a acção simbólica são o meio privilegiado para os movimentos sociais passarem a sua mensagem e terem coerência entre os seus núcleos. Neste contexto, a divulgação de informação assume um papel preponderante.
- Existe um uso prolífico de tecnologias de informação, o que permitiu o aceleração e o aumento de escala da organização dos movimentos sociais.
- A organização é descentralizada e informal, ainda que as redes acabem por formar estruturas bem definidas.
- Existe um aumento no alcance geográfico das redes de movimentos sociais, com países da América Latina, Ásia e África a incluírem-se nas redes internacionais.
- Verifica-se uma interligação entre problemas a várias escalas no *framing* dos movimentos sociais. O doméstico e o global misturam-se.

### **Caso de Estudo: Indignados Lisboa**

Os IndignadosLisboa (IL) são um movimento social que se considera parte um movimento maior com dimensão global. Este movimento foi formado em Junho de 2011, por um grupo de pessoas que estiveram envolvidas na Acampada Lisboa, que existia enquanto ocupação contínua do espaço público, numa das praças do Rossio na zona histórica de Lisboa, onde se realizavam informalmente várias actividades políticas e culturais alternativas. O movimento nasce num contexto de insegurança económica e política em Portugal. Estavam a ser aplicadas de medidas de austeridade desde Março de 2010, que se foram intensificando de

forma gradual até ao momento da génese dos IL. Essa situação criou um clima de instabilidade política, mais potenciado por o governo não ter maioria parlamentar, que culminou na demissão por decisão própria do primeiro-ministro José Sócrates em Março de 2011. Os objectivos principais do movimento eram ocupar o espaço público e criar um lugar democrático no espaço que ocupam. A sua acção principal inicialmente era a criação de assembleias populares, de modo a promover o diálogo político ao nível do cidadão individual, de modo a evitar criar um grupo fechado ou uma organização hierárquica. Durante a realização das assembleias populares, surgiu a necessidade de descentralizar o processo. Surgiu então como objectivo secundário o apoio e promoção da criação de novas assembleias populares. Após o protesto de 15 de Outubro de 2011, face a uma enorme afluência à assembleia popular seguinte, os IL decidiram criar duas novas assembleias em bairros de Lisboa, uma em Benfica e outra na Graça. Para além dessas e de outros grupos locais criados por iniciativa dos IL, outros grupos de cidadãos contactaram os IL no sentido de obter assistência para formar as suas próprias assembleias populares. Outro objectivo secundário que surgiu para os IL foi o desenvolvimento de assuntos que eram debatidos nas assembleias populares. Assim, tornou-se fundamental para o grupo a pesquisa sobre temas ligados a políticas públicas e a produção e difusão de conhecimento sobre esses temas.. Para atingir este objectivo, foram formados grupos de trabalho que tinham o propósito de «desconstruir» algumas matérias públicas e escrever relatórios com as conclusões que seriam depois publicados na internet. Os IL funcionam independentemente mas em rede com vários outros movimentos com objectivos e génese semelhantes, ligados em especial à questão da ocupação do espaço público (movimentos *occupy*; acampada ou assembleias populares) e ao protesto contra políticas de austeridade (e.g. *Democracia Real Ya!*).

A escolha dos IL como caso de estudo para esta investigação prende-se com o facto de ser um exemplo paradigmático do panorama actual. Esta análise surge no seguimento de um estudo anterior (Paiva, 2012) em que outros movimentos sociais foram observados. Nesse estudo, partindo do conceito de glocalização (Swyngedouw, 2004), procurou-se desfiar as diferentes escalas em que os movimentos sociais no contexto de austeridade operam, contrapondo-as com os diferentes campos de acção em que este se envolvem. Aqui, partindo dessa base de trabalho, pretende-se aprofundar as diferentes escalas de acção dos movimentos sociais, apercebendo e clarificando a sua complexidade. Numa segunda fase, ir-se-á focar na escala local, analisando como este movimento articula a apropriação do espaço, a democracia e o protesto. Estes conceitos são hoje centrais para os movimentos sociais e o estudo deste caso específico permitirá aferir conclusões importantes. A informação que foi trabalhada para este texto tem origem num entrevista com um representante dos IL e algumas conversas informais com outros membros do movimento. Para além disso, foi realizada observação directa durante uma reunião dos IL. Esse trabalho foi realizado entre Novembro de

2011 e Janeiro de 2012. Esta informação foi completada com a análise das actas e comunicados emitidos pelo movimento no seu *website*<sup>2</sup> entre Janeiro a Dezembro de 2012.

## **As escalas dos Indignados em Lisboa**

### *1. A multiescalaridade*

Ainda que a globalização tenha tido um impacto no modo como os movimentos sociais emergem e se desenvolvem, eles ainda têm que ser vistos como iniciativas localizadas. A expressão movimento social glocal é na maior parte das vezes mais adequada do que a expressão movimento social global, dado o desdobrar das redes em várias escalas de contacto, organização e *framing*. Nesta secção, ir-se-á detalhar como os IL lidam com as diferentes escalas, retirando daí as devidas conclusões, centrando-nos nas questões prementes da escala global, nacional e local.

### *2. Existe uma escala global?*

A crise financeira pós-2008 tem sido vista como global, dado o alcance dos seus impactos. Tentando resistir contra as imposições das políticas de resposta à crise, tem proliferado nos últimos quatro anos a acção colectiva a larga escala. Esta acção colectiva tem sido considerada global, um movimento conjunto que propõe uma outra globalização, como Chesters (2004) argumentava. No entanto, olhando para dados concretos sobre as iniciativas, verifica-se que o alcance destes movimentos é tudo menos global. André e Estevens (2012) cartografaram o protesto global de 15 de Outubro de 2012, em que os IL participaram, com os dados disponíveis sobre o número de participantes (Figura 1). O que se verifica no seu mapa é uma distribuição das manifestações centrada na Europa e América do Norte, com alguns pontos importantes na América do Sul e na Austrália. Assim, as autoras concluem que este protesto parece ter-se cingido ao mundo Ocidental, em que os impactos da crise económica se fazem sentir mais nos sistemas financeiros de mercado livre onde esta se originou. Quando analisadas as redes de contacto internacionais dos IL, verifica-se que estas se fazem principalmente dentro do espaço ibérico. Movimentos como a *Democracia Real Ya!* são aqueles com os quais há contacto mais regular. Fora deste cenário, os contactos dão-se com movimentos e activistas de países cuja situação económica e política é semelhante àquela de Portugal, como a Grécia, a Islândia ou a Itália. Para além disso, estes contactos baseiam-se praticamente apenas na troca de informação, compensando assim a insuficiência de informação que os activistas dos IL sentem nos meios tradicionais de informação (televisão, etc.). A coordenação de acções a nível internacional foi apenas realizada em alguns momentos

---

<sup>2</sup>[Http://indignadoslisboa.net](http://indignadoslisboa.net)



(15 de Outubro de 2011, 15 de Setembro de 2012) devido à dificuldade para coordenar a grande escala com eficiência. Portanto, é difícil afirmar a existência de uma escala global, apesar de eventos aos quais não existam ligações directas, como aqueles da Primavera Árabe, sejam referidos como fonte de inspiração para os Indignados Lisboa, devido ao impacto político que conseguiram ter. O que se destaca é a existência de redes regionais de movimentos sociais com propósitos semelhantes.

### 3. *Perdeu-se a escala nacional?*

Tendo em conta os discursos tradicionais dos hiperglobalizadores (Held et al., 1999) e num contexto de crise global com origens comuns, seria de esperar que a escala nacional tivesse um peso reduzido. Pelo contrário, as informações obtidas junto dos IL mostram que a escala nacional tem um peso significativo e vários campos. Em primeiro lugar, o *framing* mental dá prioridade a esta escala. Os governos portugueses e as suas medidas são os principais visados pela acção dos IL, ainda que existam acções esporádicas dirigidas a entidades exteriores, como a Embaixada de Espanha. No entanto, as condições em que as políticas de austeridade não são alheias aos IL. Frequentemente o governo é acusado de subserviência a entidades externas, como a Comissão Europeia ou o Fundo Monetário Internacional, e é feita pressão para mudar essa situação. De acordo com Dellaporta e Caiani (2009), esta estratégia de domesticação é comum em movimentos sociais na Europa relativamente a questões em que a União Europeia está envolvida de modo directo ou indirecto. A estratégia de domesticação, abordada por Imig e Tarrow (2002), baseia-se no uso do protesto a um nível nacional para forçar os poderes administrativos a tentar obter melhores condições em negociações a um nível hierárquico superior supranacional. Temos aqui então um jogo entre duas escalas – a nacional e a regional – no *framing* mental dos activistas dos IL, que corresponde a um processo de decisão política que é hoje baseado nesses dois planos. Um segundo ponto em que a escala nacional se destaca como fundamental é o da organização, em particular a nível da comunicação e informação. No caso dos IL, dado um dos seus objectivos ser a promoção de assembleias populares, os contactos a nível nacional nesse sentido são bastantes. Nesse campo, verificam-se contactos com outros grupos de Indignados, como o de Vila Real, com Acampadas, das quais se destaca a de Coimbra, ou Assembleias ou Associações Populares como a do Ribatejo, do Barreiro ou do Porto. Em Janeiro de 2012, foi mesmo organizado um encontro nacional de Acampadas para trocar experiências entre os vários grupos. Pode-se comparar esta dinâmica com a informação disponível no trabalho de Nofre (2012) acerca das geografias do protesto de Indignados em Espanha. Neste trabalho é patente como a Plataforma *Democracia Real Ya!* e o movimento 15M têm dinâmicas principalmente internas e distribuem-se pelos principais centros urbanos espanhóis. Tendo em conta que o espaço da região ibérica é um lugar em que o contacto internacional entre movimentos é particularmente intenso, torna-se ainda mais claro como a escala nacional molda em grande parte os limites dos movimentos. A língua e o poder de atracção das capitais parecem ser a principal variável explicativa para este fenómeno. Portanto, tem que se afirmar

claramente que os limites nacionais são ainda delimitações para os movimentos sociais, apesar das vias de comunicação que se abriram em certas regiões internacionais.

#### 4. *A escala da materialização.*

Apesar destas conexões, os IL têm o seu foco no local. Isto é óbvio considerando que os IL são justamente o que o nome indica: um núcleo pertencente ao território lisboeta. Mas duas razões mais práticas apontam-se para se considerar a escala local o centro dos IL. Primeiro, a sua acção principal, a materialização dos esforços, que é a organização de protestos, é localizada. E, em segundo lugar, há uma tentativa de, com o ímpeto de envolvimento popular conseguido com os protestos, criar grupos para organizar respostas a problemas locais. Por vezes isso implica coordenação com outros movimentos ou associações já existentes, como o contacto do grupo de Benfica de Indignados com a Horta Comunitária da Damaia. No entanto, o que há de inovador nos IL, e que se verifica igualmente em outros focos de protesto na Europa, América do Norte e Magrebe, é como o espaço público é usado pelo movimento. Esse será o ponto a desenvolver na segunda secção deste texto. Por agora há que considerar sucintamente como a existência dos IL, nos dois últimos anos, tem sido essencialmente local, com alguns períodos de contacto mais intenso com o exterior, embora esse contacto nunca suprimisse as dinâmicas locais. Para além disso, a nível discursivo, é patente como as questões locais nunca são separadas do cenário nacional e regional, e é feito um esforço para articular esses dois aspectos na materialização da acção.

### **Espaços para a democracia**

#### 1. *Os espaços dos Indignados*

Os espaços dos IL podem dividir-se em dois campos. Primeiro, temos o espaço dos protestos, aqueles que são vividos durante as manifestações. Por outro lado, existem os espaços das reuniões do núcleo de activistas, que dado o contexto têm outras características. Portanto, tratar-se-ão esses dois momentos distintamente. Começar-se-á com os espaços de protesto, tentando primeiro fazer sentido da localização dos mesmos e depois apresentar os aspectos inovadores na vivência e performance do protesto. De seguida, tratar-se-ão os espaços de democracia criados pelos IL num sentido mais alargado.

#### 2. *Espaços de protesto: novas vivências e performances no protesto*

Tendo o grupo dos IL surgido a partir da Acampada que ocorreu numa das praças do Rossio em Lisboa em Maio de 2011, o conceito de ocupação do espaço público foi sempre

bastante próximo ao movimento. O termo *acampada* surgiu em Espanha para se referir aos acampamentos montados<sup>3</sup> em praças públicas como modo de protesto contínuo contra as políticas de austeridade. O uso destes acampamentos em Espanha é remanescente da presença contínua de protestantes na praça Tarik em Cairo, no Egipto, durante o período de manifestações que culminou na demissão do presidente Mubarak. Depois de Espanha, um pouco em todo o mundo Ocidental repetiram-se esses métodos de protesto, tendo daí nascido o movimento Occupy. O website *takethesquare.net* tem sido um instrumento fundamental na organização destes movimentos e existe no website muita informação disponível sobre as ocupações e acampamentos que existem ou existiram. Estes acampamentos são mais do que meras agregações de pessoas – acabam por se tornar centros de gestão dos movimentos sociais onde se organizam várias actividades, em particular assembleias populares. Em Lisboa, foi a Acampada realizada em Maio de 2011 que iniciou este tipo de protesto. Esta foi criada durante uma manifestação que ocorreu a 19 de Maio em solidariedade com aqueles que foram presos durante a manifestação massiva de 15 de Maio em Espanha. Essa presença contínua no espaço público foi interrompida no início do mês seguinte devido à pressão das autoridades públicas. Desde então o grupo dos IL tem apoiado este uso do espaço público. Outras ocupações contínuas têm sido organizadas pelo grupo Ocupar Lisboa, parte da rede Occupy. Os lugares onde têm ocorrido as acampadas têm duas tipologias: grandes praças públicas (Rossio) e os locais onde se encontram os poderes públicos administrativos (S. Bento). Esta criação de lugares contínuos de protestos aumenta a visibilidade dos esforços dos movimentos. Para além disso, esta materialização dos esforços dos movimentos acaba também por ser a *publicação* dos seus esforços. Ao criar um espaço distintos com alguma continuidade temporal, oferecem uma instituição alternativa, por efémera que seja, ao cidadão que procura amplificar a sua voz política. Assim, através de uma nova vivência e uma nova performance do protesto, foi possível criar espaços efémeros de democracia. A assembleia popular foi a forma como isso se processou. Estas foram realizadas inicialmente no seio das manifestações e das acampadas que aí surgiram, mas foram evoluindo para fora dessa realidade. Isto leva-nos portanto ao segundo segmento desta parte: os espaços de democracia.

### 3. *Espaços de democracia: o devolver do público ao político*

O activista Sveinung Legard (2011) afirma que as assembleias populares são parte constituinte das revoltas públicas pelo menos desde a Revolução Francesa. Ele encontra um exemplo mais recente de um movimento de assembleia popular de grande escala na Argentina, em 2001 e 2002, durante uma das primeiras revoltas contra o neoliberalismo no Século XXI. Em tempos mais recentes, as assembleias populares têm sido importantes na Europa, sendo talvez as mais mediáticas as realizadas na praça Puerta del Sol em Madrid ou

---

<sup>3</sup> Em especial aquele montado na Praça Puerta del Sol em Madrid, mas existiram outros.

na praça Syntagma em Atenas. De um modo simples, assembleias populares são assembleias organizadas no espaço público, onde todos são livres de participar na discussão de matérias públicas. Têm providenciado um espaço político alternativo e de certo modo utópico. Analisando os textos dos IL, podem-se identificar alguns conceitos-chave ligados às assembleias populares.

Em primeiro lugar, destaca-se a importância da democracia participativa. É neste plano em que é considerada a coisa pública. Os princípios dos IL declaram que “cada indivíduo é o seu próprio representante”. Isto pretende empoderar o cidadão comum, devido ao facto do movimento considerar que a estrutura política existente retira poder ao cidadão comum, dando-lhe apenas um voto esporádico, e confere aos grandes grupos económicos muito maior preponderância devido às suas ligações aos partidos políticos. A democracia participativa, assim, vem como alternativa às vicissitudes encontradas na democracia representativa. Deste modo, a assembleia popular torna-se uma oposição directa à Assembleia da República. A realização destas junto ao Palácio de S. Bento, geralmente enquadradas em manifestações, confere ao acto um significado de confronto directo.

Relacionado com o conceito de democracia participativa está o de horizontalidade, que estrutura a realização das assembleias populares. Para garantir a igualdade de todos os participantes, os IL propõem uma estrutura horizontal sem líderes nas assembleias populares. Mesmo cargos secundários, como secretários e tesoureiros, são afastados. Apenas na necessidade directa da realização da tarefa são definidos postos, como o de moderador. Assim, ao evitar formar uma estrutura fixa, tenta-se evitar a hierarquia e a verticalização em processos de decisão *top-down*.

Como método de legitimação das decisões é colocado o consenso. O consenso surge como alternativa ao voto e à decisão da maioria, como modo de acolher a posição de todos em cada decreto. O consenso pode surgir espontaneamente através da aceitação de todos ou pode recorrer-se ao consenso de mínimos. Esta baseia-se numa solução criada em conjunto através do debate colectivo.

O conceito-chave que está aqui em causa é o do pensamento colectivo. Este surge em contraste com o pensamento individualista, que os IL consideram hegemónico na sociedade. O pensamento colectivo é a criação de ideias em conjunto, não simplesmente através da junção da iniciativa de cada um mas como resultado das dinâmicas de conjunto. São valorizadas qualidades como a empatia e o respeito no debate.

Neste processo, o uso do espaço público torna-se central. Para os IL, o espaço público significa a abertura a todos e as assembleias populares devem ser organizadas sempre nesse espaço. Isto é contrastado com a Assembleia da República, que se realiza dentro de um edifício fechado com acesso limitado aos cidadãos. São valorizadas pelos IL as qualidades de espaço a céu aberto em contraste com o edifício fechado, do lugar acessível em contraste com o lugar limitado. No exterior, qualquer cidadão consegue entrar directamente na assembleia popular e participar imediatamente. Para além disso, é completamente visível para todos o que é realizado nestas. Assim, os espaços democráticos criados pelos IL são também espaços de

resistência ao sistema político hegemónico. Surgem como absoluto oposto às características da assembleia que pertence à *polity* portuguesa.

## Conclusão

O presente ensaio pretendeu problematizar as questões espaciais dos movimentos sociais contemporâneos. Os processos de globalização, ou se se preferir de glocalização, tiveram um impacto profundo no modo como a sociedade civil se organiza para se manifestar colectivamente. A criação de redes de movimentos sociais, possibilitada pelas tecnologias de comunicação, ofereceu novos recursos a estes e criou novas dinâmicas. O *case study* dos IL permite-nos compreender como a questão espacial é complexa e diferentes escalas se sobrepõem. Trata-se de um paradigmático grupo local que exemplifica as dinâmicas contemporâneas dos movimentos sociais. Foi possível compreender como existem escalas internacionais regionais de redes de movimentos sociais, mas que no entanto não alcançam um impacto global. O alcance global é essencialmente a nível simbólico e de inspiração e pode-se questionar se este factor sequer existiria se a crise financeira não tivesse um alcance geográfico tão vasto e se não tivessem ocorrido também tumultos políticos em vários países de maioria islâmica. As redes que efectivamente existem são no geral de cunho solidário: os movimentos que se contactam têm tendência para ser de países com situações político-económicas semelhantes. Estas escalas regionais verificam-se também no *framing* dos protestos. Estes são organizados a nível nacional ou a um nível regional menor (como o Ibérico) mas têm em vista pressão sobre órgãos políticos, como a União Europeia, que são regionais. Mas a dimensão nacional, como se viu, não foi de todo ultrapassada. De facto, permanece uma das mais centrais. A língua comum e o poder de atracção das capitais são sem dúvidas as condicionantes deste factor. Mas não se pode claro descurar a importância do governo nacional que, por muito fragilizado que esteja em termos de soberania política e económica, permanece um foco democrático essencial. Finalmente, a escala local. Centrou-se essa escala em particular devido não só à sua importância dentro da organização dos IL mas também devido ao modo de apropriação particular que é feito do espaço público. A realização de assembleias populares transforma o protesto num espaço com potencial para criação. Permite também que essa performance que se origina num protesto prossiga para espaços-tempo posteriores. Torna-se assim também um modo interessante de transformar o espaço público num espaço da esfera pública. A assembleia popular então define-se como uma instituição informal da democracia participativa, surgindo em contraste com a Assembleia da República, um dos grandes órgãos da democracia representativa. O que não se discutiu aqui e interessa aprofundar no futuro é a possibilidade da assembleia popular ser uma centralidade urbana. O potencial de fomento de participação pública e de regeneração do espaço público da assembleia popular é promissor e será um tema a aprofundar em estudos futuros.

## BIBLIOGRAFIA

- ANDRÉ, Isabel; ESTEVENS, Ana (2012): «A Cidade Inquieta – Crise, Conflito e Inovação Sócio-territorial», *XIII Coloquio Ibérico de Geografía - Respuestas de la Geografía Ibérica a la crisis actual*, [http://www.unidixital.com/publicaciones/actas\\_v2.pdf](http://www.unidixital.com/publicaciones/actas_v2.pdf) [consulta: 2013-01-16]
- BORGE-HOLTHOEFER, J. ; RIVERO, A.; GARCÍA, I.; CAUHE, E.; FERRER, A.; FERRER, D., FRANCOS, D. IÑIGUEZ, D.,PÉREZ, M. P.; RUIZ, G.; SANZ, F.; SERRANO, F.; VIÑAS, C.; TARANCÓN, A.; MORENO, Y. (2011): «Structural and Dynamical Patterns on Online Social Networks: The Spanish May 15th Movement as a Case Study», *PLoS ONE*, 6(8): e23883. doi:10.1371/journal.pone.0023883, (consulta: 03-07-2012)
- CASTELLS, Manuel (1983): *The City and the Grassroots*, Londres, Edward Arnold Publishers
- CHESTERS, G. (2004): «Global Complexity and Global Civil Society», *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, Vol. 15, No. 4, p. 323-342
- DELLA PORTA, Donatella; ANDRETTA, Massimiliano; MOSCA, Lorenzo; REITER, Herbert (2006): *Globalizatin from Below - Transnacional Activists and Protest Networks*, Londres, University of Minnesota Press
- DELLAPORTA, D.; CAIANI, M. (2009): *Social Movements and Europeinization*, Oxford: University Press
- EDELMAN, Marc (2001), ««Social Movements: Changing Paradigms and Forms of Politics», *Annual Review of Anthropology*, 30, pp. 285–317
- FEIXA, C; PEREIRA, I.; JURIS, J. (2009): «Global citizenship and the 'New, New' social movements: Iberian connections», *Young*, 17, p. 421-442
- GORRINGE, H.; ROSIE, M. (2008): «The Polis of `Global' Protest: Policing Protest at the G8 in Scotland», *Current Sociology*, 56: (5), p. 691–710
- HARVEY, David (2012): *Rebel Cities: from right to the city to the urban revolution*, Londres, Verso
- HELD, D.; MCGREW, A.; GOLDBLATT, D.; PERRATON, J. (1999). *Global Transformations: Politics, Economics and Culture*, Stanford: Stanford California
- HESSEL, Stéphane (2010), *Indignez-Vous!*, Paris, Indigène éditions
- IMIG, D.; TARROW, S. (2002) : «La contestation politique dans l'Europe en formation», en BALME, R.; CHABANET, D.; WRIGHT, V. (Eds.) (2002), *L'action collective en Europe*, Paris, Presses des Sciences
- LEGARD, Sveinung (2011), *Popular Assemblies in Revolts and Revolutions* [consulta: 2013-01-16]  
<http://new-compass.net/articles/popular-assemblies-revolts-and-revolutions>
- LUBIN, Judy(2012): «The 'Occupy' Movement: Emerging Protest Forms and Contested Urban Spaces», *Berkeley Planning Journal*, 25(1).
- KÖHLER, B.; WISSEN, M. (2003): «Glocalizing protest: Urban conflicts and global social movements», *International Journal of Urban and Regional Research*, Vol. 27.4, p. 942-951
- KROSSA, Anne Sophie (2009), Conceptualizing European Society on Non-Normative Grounds - Logics of Sociation, Glocalization and Conflict, *European Journal of Social Theory*, 12 (2), pp. 249-264
- MASSEY, D. (1994): *Space, place and gender*, Cambridge: Polity
- NOFRE, Jordi (2012): «Geografía(s) de la #SpanishRevolution: elementos de debate acerca de la naturaleza urbana y juvenil del movimiento 15M», *XIII Coloquio Ibérico de Geografía - Respuestas de la Geografía Ibérica a la crisis actual*, [http://www.unidixital.com/publicaciones/actas\\_v2.pdf](http://www.unidixital.com/publicaciones/actas_v2.pdf) [consulta: 2013-01-16]
- PAIVA, Daniel (2012): «A Multiescalaridade dos Movimentos Sociais Glocais», *XIII Coloquio Ibérico de Geografía - Respuestas de la Geografía Ibérica a la crisis actual*, [http://www.unidixital.com/publicaciones/actas\\_v2.pdf](http://www.unidixital.com/publicaciones/actas_v2.pdf) [consulta: 2013-01-16]
- PEREIRA, I. (2008): «Activismo em rede: dinâmicas locais e globais nos movimentos sociais portugueses», *VI Congresso Português de Sociologia - Mundos Sociais: Saberes e Práticas*, <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/362.pdf> [consulta: 2013-01-16]
- SMITH, J. (2008): *Social Movements for Global Democracy*, Baltimore, John Hopkins University Press
- SNOW, D. (2004): «Framing Processes, Ideology, and Discursive Fields», in D. Snow, S. Soule and H. Kriesi (eds) (2004), *The Blackwell Companion to Social Movements*, Londres, Blackwell, pp. 380–412.

- SWYNGEDOUW, E. (2004): «Globalisation or 'glocalisation'? Networks, territories and rescaling», *Cambridge Review of International Affairs*, Vol. 17, N. 1, p. 25-48(24)
- TOURAINE, Alain (1984), *Le retour de l'acteur*, Paris, Fayard
- TOURAINE, Alain (1992), *Critique de la Modernité*, Paris, Fayard